

**TERRA E LIBERDADE: O DESLOCAMENTO DE GRUPOS DE
PARENTES NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX E A
FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NA ZONA FRIA DO
MUNICÍPIO DE PEÇANHA - MG**

*TIERRA Y LIBERTAD: EL DESPLAZAMIENTO DE GRUPOS DE
PARENTES EN LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX Y LA
FORMACIÓN DEL CAMPESINATO EN LA ZONA FRÍA DE LA CIUDAD
DE PEÇANHA, ESTADO DE MINAS GERAIS*

Frederico Magalhães Siman

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ
fredericosiman@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a apresentação de elementos empíricos e dados históricos que permitem interpretar os fatores econômicos e sociológicos que concorrem para a explicação do deslocamento de grupos de parentes da região do Serro Frio para a região da Mata do Peçanha na primeira metade do século XX. Buscou-se por meio do presente trabalho compreender determinado período do processo de mudança agroambiental na região a partir do deslocamento populacional e formação do campesinato. Como recorte temático, abordaram-se as configurações produtivas e fundiárias do último quartel do século XVIII ao primeiro quartel do século XX. O estudo permitiu concluir que o acesso à terra representava, no contexto de deslocamento, a possibilidade de autonomia dos trabalhadores pobres mestiços e negros, descendentes diretos ou não de trabalhadores escravizados, que após a abolição continuaram submetidos ao grande domínio territorial e à violência que o caracterizava. Em suma, o deslocamento significava a possibilidade de mobilidade social e formação de relações econômicas e sociais que desafiassem a subordinação histórica.

Palavras-Chaves: Ancestralidade; Comunidades camponesas tradicionais; Mata do Peçanha; Serro Frio.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar los estudios empíricos y datos históricos que permiten interpretar los factores económicos y sociológicos que contribuyen a la explicación del desplazamiento de grupos de parientes de la región de Serro Frio para la región de la Mata do Peçanha en la primera mitad del siglo XX. Se buscó a través de este trabajo comprender determinado periodo del proceso de cambio agroambiental en la región a partir del desplazamiento poblacional y la formación del campesinato. Como enfoque temático, se abordaron los ajustes productivos y de la tierra desde el último cuarto del siglo XVIII hasta el primer cuarto del siglo XX. El estudio permitió concluir que el acceso a la tierra representaba, en el contexto del desplazamiento, la posibilidad de la autonomía de los trabajadores pobres mestizos y negros, descendientes directos o no de los trabajadores esclavizados, que después de la abolición de la esclavitud continuaron sometidos a gran dominio territorial y a la violencia que lo caracteriza. En

resumen, el desplazamiento significaba la posibilidad de movilidad social y la formación de las relaciones económicas y sociales que desafiara la subordinación histórica.

Palabras Clave: Ascendencia; Comunidades campesinas tradicionales; Mata do Peçanha; Serro Frio.

INTRODUÇÃO

A presente comunicação tem por objetivo a apresentação dos elementos empíricos, contextos e dados históricos que permitem interpretar os fatores econômicos e sociológicos que contribuem para a explicação do deslocamento de grupos de parentes da região do Serro Frio para a região da Mata do Peçanha¹ na primeira metade do século XX.

Resultante de um processo de pesquisa empreendido no contexto de uma dissertação de mestrado², dada o peso da historicidade na análise sociológica proposta, a compreensão do processo de formação das comunidades camponesas no lado sul do território municipal, conhecido localmente como região de clima frio ou zona fria, exigiu a ampliação do estudo até o município do Serro, local de origem de três das quatro comunidades abordadas, para desde lá construir uma interpretação da chegada e assentamento das famílias que vieram constituir o campesinato no território estudado, na primeira metade do século XX.

A partir de uma abordagem comparativa, buscou-se identificar e evidenciar os elementos históricos, demográficos, fundiários e produtivos que desde o ciclo do ouro, no século XVIII, até as primeiras décadas do século XX, caracterizaram o processo de formação econômica e social dos principais núcleos populacionais da região da Mata do Peçanha e do Serro Frio, atualmente os municípios de Peçanha e do Serro, localizados, respectivamente, nas regiões Leste e Central de Minas Gerais.

Para além da pesquisa bibliográfica, no que tange à pesquisa documental, recorreu-se a dois tipos de fontes: a documental indireta, essencialmente composta por dados oficiais que remetem aos aspectos demográficos, produtivos e fundiários das antigas freguesias de N^a Senhora da Conceição do Serro e Santo Antônio do Peçanha, núcleos dos atuais municípios de Serro e Peçanha; e a documental direta, que consiste nos relatórios (diários de campo) produzidos e relatos coletados pelas entrevistas durante as visitas de campo empreendidas em outubro de 2013 e em fevereiro de 2014 no município de Peçanha.

O artigo está dividido, após esta parte introdutória, em quatro seções. Na primeira delas apresentam-se brevemente determinadas construções teóricas relativas aos deslocamentos populacionais do campesinato brasileiro, em especial os que ocorreram

¹ Entende-se aqui por região do Serro Frio o conjunto de distritos que entre o fim do século XIX e início do XX compunham o município do Serro. Em 1911 o município do Serro aparece composto pelos seguintes distritos: Serro, Rio do Peixe, Itambé, Milho Verde, Rio das Pedras, Correntes, Mãe dos Homens do Turvo, Paulistas, Rio Vermelho e Itapanhoacanga. Da mesma forma concebe-se a região da Mata do Peçanha, porém relativo ao município de Peçanha. Em 1911 o município de Peçanha é formado pelos seguintes distritos: Peçanha, Santo Antonio do Coluna, São José do Jacuri, São Pedro do Suaçuí, Santa Maria do São Felix, Santa Tereza do Bonito, Figueira, São Gonçalo do Ramalhete e Santana do Suaçuí.

² Esta pesquisa foi realizada no contexto da elaboração da dissertação de mestrado, pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade – CPDA/UFRRJ, intitulada “*Nas matas de Peçanha: campesinato e fomento florestal no processo de mudança agroambiental*”, onde se tratou da mudança agroambiental associada à substituição da floresta por monoculturas de eucalipto, dando ênfase as relações econômicas estabelecidas com esses cultivos, em especial no que tange ao chamado Programa Fomento Florestal.

durante o século XX. Na segunda seção traz-se, de um ponto de vista comparativo, os contextos e dados históricos acerca das configurações econômicas e sociais dos núcleos de Peçanha e Serro, entre os séculos XVIII e XX. A terceira seção incorpora os resultados da pesquisa de campo no que concerne à origem da região do Serro Frio dos grupos de parentes abordados e do processo de deslocamento para a Mata do Peçanha. Por fim, traçam-se algumas considerações finais sobre a reflexão central.

BREVE NOTA SOBRE O DESLOCAMENTO DO CAMPESINATO BRASILEIRO DURANTE O SÉCULO XX

A partir da década de 1970, o processo conhecido como *modernização da agricultura*³, ganhou centralidade nos estudos sobre a questão agrária brasileira, que deram ênfase, entre outros temas, nos deslocamentos populacionais do campesinato, em especial desde a noção de “êxodo rural”. Todavia, sabe-se que esses deslocamentos e fluxos da força de trabalho camponesa são anteriores a esse processo. Como assinala Palmeira (1989), o movimento populacional do campesinato para os núcleos urbanos e as áreas de fronteira já se mostrava expressivo na primeira metade do século XX. Remetendo-se à década de 1930, a partir do estudo de Alfredo Wagner, Palmeira (1989) traz como propulsora desses deslocamentos populacionais a expropriação do campesinato que habitava as grandes propriedades rurais. Todavia, como afirma o autor, mesmo sendo produto da expulsão e violência característica dos grandes domínios territoriais, as relações econômicas e sociais deste período, diferentemente das que emergiram no processo da chamada *modernização da agricultura*, ainda permitiam a absorção da população migrante por outros domínios. Em suma, tratavam-se menos de perda de suas bases materiais próprias (meios de produção), de que já eram desprovidos ou subtraídos, do que da “*expropriação de relações sociais, por eles vividos como naturais, que tornam viável sua participação na produção e sobre as quais, por isso mesmo, exercem algum controle que se traduz num certo saber fazer*” (PALMEIRA, 1989,89-90).

Nesse sentido, a expropriação do campesinato, diferentemente do que se interpretava a partir dos “efeitos perversos” do processo de mudança social verificado a partir da segunda metade do século XX, não é, para o autor, necessariamente uma implicação direta da *modernização da agricultura* - apesar da possível associação,-

³ A modernização da agricultura, como tratada no trabalho de Kageyama et al. (1990), remete-se a um processo específico na história da formação econômica do Brasil. A modernização da agricultura, tida como um processo de transformação na base técnica na produção agrícola e pecuária emerge no contexto brasileiro pós-II Guerra Mundial, no qual observam-se profundas e rápidas transformações no processo produtivo capitalista no campo, sobretudo a partir da ação do Estado por meio da importação de tratores e fertilizantes. Essa dinâmica correspondeu a um significativo aumento da produção agropecuária para o consumo interno, porém, atrelada ao fornecimento externo de bens de produção e insumos, o que implicava na dependência das exportações, no endividamento externo e em políticas de câmbio e comércio (KAGEYAMA et al, 1990). Os estudos sobre a modernização da agricultura no Brasil se desenvolveram em torno da preocupação com a compreensão e explicação das particularidades do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e suas bases agrárias. Inspirado nas elaborações de Lenin sobre a via Prussiana de desenvolvimento do capitalismo, uma série de autores abordaram o tema exaustivamente, especialmente durante as décadas de 1970 e 1980, quando os “efeitos” da modernização se tornaram mais evidentes, em especial a partir da formação dos chamados Complexos Agroindustriais. A análise desse processo no Brasil consagrou a noção de “modernização conservadora”, termo inicialmente utilizado por Barrington Moore Jr para caracterizar as revoluções burguesas vindas de cima, autoritárias e autocráticas, nas experiências da Alemanha e Japão. No Brasil, o uso do termo vai além, evidenciando as concentração e rigidez da estrutura fundiária como caracterizadores do chamado processo de modernização da agricultura (PIRES; RAMOS, 2008).

visto que antecede este marco de transformações nas bases técnicas e sociopolíticas do capitalismo agrário brasileiro. Sobre esse prisma, também não se verifica, conforme propugnavam as leituras adeptas da estrutural e irreversível “proletarização social do campesinato”, uma implicação direta entre expropriação e proletarização, já que, do ponto de vista histórico, ainda que o violento movimento de despojamento sofrido pelo campesinato criasse condições favoráveis ao provimento de força de trabalho em abundância para a indústria e a agricultura moderna “*a expulsão dos camponeses do interior das grandes propriedades não impediu que os pequenos produtores entre 1940 e 1988 aumentassem em número maior do que qualquer outra categoria de trabalhador rural [...]*” (PALMEIRA, 1989, p. 91).

No sentido trabalhado pelo autor, talvez em contradição aos “efeitos perversos”, o movimento de evasão do campesinato dos grandes domínios permitiu a alteração das posições e oposições sociais historicamente estabelecidas, transformando as interações econômicas e sociais dos que viviam sob a égide da grande propriedade com a sociedade. Assim,

[...] Nota-se que não se trata apenas do desdobramento de papéis antes desempenhados pelos mesmos personagens sociais, nem tão somente da aproximação (ou da colocação em relação) de posições sociais antes, por assim dizer, vinculadas a universos sociais diferentes, mas também do aparecimento de posições e personagens novos, capazes de gerar interesses novos e de produzir grupos que assumam como seus esses interesses, mas que só existem porque diminuíram as distâncias entre esses diferentes universos e porque se estruturou um novo sistema de posições (PALMEIRA, 1989, p. 92).

Nesse movimento, a terra, controlada de forma autônoma e independente, pôde assumir centralidade nos anseios dos expropriados e migrantes, se expressando enquanto *locus* do exercício de novas práticas e relações. No processo de formação do campesinato brasileiro, como bem pontua Wanderley, a conquista de uma terra para a família, que permita a emergência de novos arranjos e relações econômicas e sociais a partir de uma estabilidade territorial, atinge centralidade:

Uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para construir um “território familiar”, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Paradoxalmente, a perseguição deste objetivo supõe muito frequentemente, a extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos (WANDERLEY, 2009, p. 173).

De acordo com a autora, a migração é uma utopia que, neste âmbito, assume duas faces: a esperança e o fracasso. Se por um lado a “*existência de uma fronteira agrícola, no interior do país, foi a condição que permitiu a estes camponeses garantir a autonomia do seu modo de vida, especialmente pelo fato da existência de terras livres, acessíveis através do sistema de posse*” (WANDERLEY, 2009, p. 174), por outro, o risco do malogro sempre foi latente, pois, além das incertezas e contrariedades inerentes de todo processo de deslocamento e reestabelecimento, “*o grande desafio consistia em vencer as mesmas condições de que se tentava escapar*” (WANDERLEY, 2009, p. 175).

AS REGIÕES DA MATA DO PEÇANHA E DO SERRO FRIO NUMA PERSPECTIVA COMPARATIVA

Não obstante a porção geográfica que atualmente forma o estado de Minas Gerais ter sido alvo de investidas dos colonizadores já no século XVI, a partir do Norte e Nordeste mineiro (HENRIQUES; SOUZA, 2010; RIBEIRO, 1993), como bem representada pela as expedições Espinosa-Navarro em 1553, Martim Carvalho (1567-

1568), Sebastião Fernandes Tourinho (1572-1573), Antônio Dias Adorno (1576) e Marcos de Azevedo (1596-1611), foi a partir do fim do século XVII, sobretudo na primeira metade do século XVIII que, diferentemente do lento e esparsos movimento de povoamento que se dá pelo sertão do São Francisco através da expansão da pecuária bovina, desenvolveu-se a ocupação rápida e brusca da porção territorial que veio a tomar os contornos da Capitania de Minas Gerais, especialmente em sua área central, como produto das contínuas descobertas de jazidas de ouro, num primeiro momento, e de diamante, posteriormente (PRADO JUNIOR, 2009).

Aqui se localizam as regiões do Serro Frio e da Mata do Peçanha. É impossível separar, apesar das dessemelhanças, tais “regiões”, pois estas se encontram intimamente relacionadas, num primeiro momento por aspectos econômicos e políticos e, posteriormente, por aspectos demográficos. Para facilitar a sistematização dos dados, adotam-se aqui como representantes das regiões os seus centros, isto é, os municípios do Serro (região do Serro Frio) e Peçanha (região da Mata do Peçanha), por expressarem as características mais significativas e genéricas.

Em Serro, no início do século XVIII, acessaram as bandeiras paulistas. Em 1714 o arraial que ali se formara em torno da exploração de ouro e diamante foi elevado à condição de Vila, com a denominação de Vila do Príncipe. Em 1718, foi criada a Paróquia do Serro e em 1724 a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Príncipe. Por uma ordem régia, em 1720 criou-se a Comarca do Serro Frio. Devido à exploração aurífera e diamantífera, a vila foi elevada a município em 1838, com a toponímia cidade do Serro (FERREIRA, 1959).

No fim da quinta década do século XVIII, no processo de expansão da incorporação de áreas de exploração de minerais e pedras preciosas ao projeto colonial, fora constituído o povoado que veio a formar o atual município de Peçanha, núcleo de uma região que ficou conhecida como Mata do Peçanha. A exploração aurífera não vingou (SILVA, 2001), o que pode ser um dos fatores explicativos para o fato do núcleo se manter povoado, pela toponímia de Santo Antônio do Bom Sucesso do Descoberto do Peçanha até 1875, quando se deu a elevação à categoria de vila pelo nome de Vila do Rio Doce⁴. Em 1886, passou a vigorar oficialmente o nome Peçanha, já como cidade (SILVA, 2001; PIMENTA, 1966; FERREIRA, 1959).

O processo de formação administrativa dos núcleos que atualmente correspondem aos municípios do Serro e de Peçanha evidenciam que a história de ambos encontra-se imbricada. Foi da Vila do Príncipe que partiu o movimento que investiu sobre as matas que vieram a tomar a alcunha do bandeirante paulista que ali chegou. Quando constituído a aldeia de Santo Antônio do Bom Sucesso do Descoberto de Peçanha, esta estava sob a jurisdição da Comarca do Serro Frio e, como freguesia, da cidade do Serro. Um mapa da Capitania de Minas Gerais do fim do período colonial explicita a substancial abrangência da Comarca do Serro Frio naquele contexto, assim como os domínios dos núcleos populacionais em questão.

⁴ A Vila do Rio Doce foi constituída a partir da junção das paróquias de Santo Antônio do Peçanha, do município de Serro, de São José do Jacuri, do município de São João Batista (atual Itamarandiba) e de Nossa Senhora da Conceição do Cuieté, do município de Itabira.

econômico e social. O contingente populacional era constituído em sua maioria por negros e mestiços. Em 1776, como informa Menezes (2010), estes, com toda diversidade étnica, jurídica e social, compunham 78,0% da população da Comarca.

Cabe notar que a mineração não era a única atividade econômica de relevo. Registravam-se atividades acessórias, tais como as indústrias artesanais manufatureiras (ferro, tecidos, rapadura, aguardente), a produção agrícola para alimentação, expressas nos cultivos de milho, feijão e mandioca, e para a geração de matéria prima, quando dos cultivos de algodão e a cana-de-açúcar; e por fim, a criação bovina e suína. Todas essas produções⁵ eram fundamentais para a manutenção dos núcleos mineradores e, assim, para a reprodução da exploração minerária (ESPÍNDOLA, 2007; MENEZES, 2010).

No fim do século XVIII e no limiar do século XIX, à semelhança dos demais núcleos mineradores da Capitania de Minas Gerais, a dinâmica econômica da Comarca do Serro Frio foi experimentando transformações agudas impulsionadas pelo movimento de esgotamentos das reservas auríferas e diamantíferas. Maior relevo foi reservado às atividades até então acessórias na economia mineira. Neste processo, ocorrera o que Caio Prado Junior (2011) denominou de movimento centrífugo da população mineira, que corresponde ao deslocamento populacional das regiões centrais das minas para as áreas periféricas da Capitania e, a partir da Independência, da Província de Minas Gerais.

No fim da segunda década do século XIX, o naturalista francês August Saint Hilaire aportou nas bandas do Serro Frio e as impressões que deixou remontam a um ambiente urbano dotado de aspecto agradável, estabelecimentos comerciais e vultosas festas religiosas. Nas palavras do viajante:

Vila do Príncipe compreende cerca de 700 casas e uma população de 2500 a 3000 indivíduos. Essa vila está edificada sobre a encosta de um morro alongado; e suas casas dispostas em anfiteatro, os jardins que entre elas se vêem, suas igrejas disseminadas formam um conjunto de aspecto muito agradável, visto das elevações próximas. (SAINT HILAIRE, 1976, p. 145)

Em contraste, ao cumprir estadia em Peçanha deixou suas impressões sobre a relação conflituosa estabelecida entre colonizadores e os indígenas que ali estavam. Como escrito pelo o naturalista, a origem da povoação estava associada à mineração, que sustentara os primeiros habitantes, todavia, muitos dali partiram devido aos constantes incômodos dos Botocudo. Como resposta, o governo formou ali uma tropa, responsável por capturar os índios. “*Os botocudos foram perseguidos em suas florestas e mortos vários deles*” (SAINT HILAIRE, 1976, p. 176). A perseguição e eliminação dos resistentes permitiram que os ataques arrefecessem e o interesse de novos habitantes em se instalar ali voltasse, mas não para extrair ouro, pois as ausências de recursos materiais necessários a esta atividade impeliavam-nos à agricultura. (SAINT HILAIRE, 1976).

O viajante traz a informação de que a paróquia que tinha Peçanha sob seu domínio possuía uma imensa extensão territorial, porém, sua população não passava de 1200 indivíduos. Diz, sobre os aspectos econômicos, que as terras que são de ótima qualidade produzem milho, trigo e feijão que abastecem Vila do Príncipe e Tijuco, assim como os tantos porcos que se cria. Sobre as impressões dos habitantes do lugar, Saint Hilaire asserta que:

Apesar da extrema fertilidade da região, seus habitantes são pobres. Bastaria sua igreja para trair-lhes a indignância; pois que em vez de cobri-la com

⁵ De acordo com Menezes (2010), as atividades agrícolas, de uma forma abrangente, absorviam os grandes proprietários e trabalhadores escravizados, que podiam ser agricultores e produzir alimentos em espaços de tempo alternos, bem como forros e mestiços pobres.

telhado de tábuas, contentaram-se com uma cobertura de esteiras. Não é gente rica a que se dispõe a penetrar no âmago de densas florestas, habitadas por homens que se consideram antropófagos. Os colonos de Passanha estabeleceram-se sem cabedais; faltam-lhes escravos, e, se conseguem manter-se, é sem abastança (SAINT HILAIRE, 1976, p. 176).

Este trecho e outras informações trazidas pelo naturalista exprimem um povoamento colonial bastante conflituoso, num ambiente florestal parcamente habitado e extremamente desafortunado quando comparada às outras paragens do viajante. Um lugar de poucos potentados, baixa presença de força de trabalho escrava, terras férteis em abundância e vultoso em recursos naturais conformava um território de fronteira atraente aos desclassificados dos decadentes núcleos mineradores.

Na segunda metade do século XIX, as transformações continuam nas regiões do Serro Frio e da região da Mata do Peçanha. O povoamento se intensificava rumo aos sertões do rio Doce. A região do Serro Frio passou a ser, como desde o fim dos setecentos, ponto de partida para brancos, negros, mestiços. Proprietários e escravos⁶.

Em 1860, os dados produzidos pela Província de Minas Gerais apresentados por Martins, Silva e Lima (2002) revelam uma Comarca do Serro Frio essencialmente voltada para atividades agropecuárias, já que 87,2% da população encontrava-se ocupada nestas atividades⁷. A Comarca, que em 1861 compreendia os municípios de Diamantina, Serro e Conceição, produzia por todo seu território milho, mandioca, arroz e feijão, para consumo interno e exportação, variando as outras culturas e as indústrias artesanais de acordo com o município. No município do Serro destacavam-se as produções de fubá e fumo, a indústria do azeite de mamona, a criação de suínos e a comercialização de aguardente.

O Recenseamento Geral de 1872 fornece dados importantes acerca da conformação demográfica e econômica no município do Serro⁸, fazendo-se pertinente a exposição aqui dos que são relativos às freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha, respectivamente, núcleos dos atuais municípios de Serro e Peçanha.

⁶ Durante o trabalho de pesquisa, não se teve acesso à documentação sobre a composição social das populações que partiram da região do Serro Frio em direção à Mata do Peçanha, mas deduz-se que esta se constituía, numa classificação ampla, de proprietários, escravos, forros e trabalhadores livres, por dois motivos: a) o Censo de 1872, a partir de uma classificação dual, aponta a presença na freguesia de Peçanha tanto de proprietários, escravos e trabalhadores livres; b) Obras sobre a região da Mata do Peçanha, como a de Pimenta (1966), que aborda os traços genealógicos das famílias que compõe a “história oficial”, isto é, grupos familiares de proprietários, apontam a presença de famílias vindas da região do Serro Frio, tanto no início dos oitocentos, quanto em seu fim. No entanto, trata-se de uma simplificação. Como apresentado por Espíndola (2005), a diversidade na composição social era marca dos sertões do rio Doce, como evidenciado pela presença de fugitivos da justiça, extrativistas e quilombolas.

⁷ Em 1860 o Presidente da Província enviou a todos os municípios e paróquias mineiras a solicitação de informações demográficas, construindo “mapas” a partir das mesmas. Martins, Silva e Lima (2002) apresentam alguns desses dados em formato de síntese temática, que são importantes para compreender a realidade da Comarca do Serro naquele período.

⁸ O município do Serro em 1872 era formado pelas freguesias de N^a Senhora da Conceição do Serro (sede do município e atual sede da cidade do Serro), Santo Antônio do Rio dos Peixes (atual Alvorada de Minas), N^a Senhora dos Prazeres do Milho Verde (atual Milho Verde, distrito do Serro), São Sebastião de Correntes (atual Sabinópolis), Santo Antônio do Peçanha (atual Peçanha), N^a Senhora da Penha do Rio Vermelho (atual Rio Vermelho), São Gonçalo do Rio das Pedras (pelo mesmo nome, atual distrito do Serro), São Miguel e Almas (atual Guanhães) e, por fim, N^a Senhora do Patrocínio do Serro (atual Virginópolis).

A população total da freguesia de N^a S. da Conceição do Serro em 1872 era de 11.995 pessoas. A composição étnico-racial dos escravos e livres revelava uma população escrava que correspondia 17,9% do total da população e era composta em 77,0% por pretos, sendo os demais pardos (Tabela 1). Os Livres, que compunham 82,1% da população total, eram em 73,2% brancos, 16,3% de pardos, 9,2% de pretos e 1,3% de caboclos (Tabela 2). Agregando os pretos e pardos, escravos e não escravos, observa-se a presença de 43,4% destas categorias étnico-raciais na população total. Partindo-se da exclusividade destas categorias no que tange à composição de escravos, pode-se supor que aproximadamente 25,5% dos livres poderiam ser ex-escravos ou descendentes deles. Toda essa população escrava era analfabeta. Entre os livres, apenas 9,6% da população sabia ler e escrever (Tabela 3).

A freguesia de Santo Antônio do Peçanha, principalmente no que diz respeito à parcela da população escrava, se diferenciava da Freguesia de N^a S. da Conceição do Serro. Numa população total de 9.361 habitantes, a população escrava correspondia a 7,4% do total (Tabela 1), formada, de forma semelhante à outra freguesia, em 75,4% por pretos e os demais pardos (Tabela 2). Os livres, com mais expressividade quando comparados à freguesia de N^a S. da Conceição do Serro, o equivalente à 92,6% da população total (Tabela 1), eram constituído em 68,3% por brancos, 19,3% por pardos, em 11,3% por pretos e em 1,1% por caboclos (Tabela 2). Com um pouco mais expressividade que a freguesia de N^a S^a da Conceição do Serro, 11,7% da população livre sabia ler e escrever (Tabela 3).

Tabela 1 - População das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por condição. Fonte: Recenseamento 1872.

QUANTITATIVO / CONDIÇÃO	N ^a S. da Conceição do Serro		Santo Antônio do Peçanha	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Livres	9.825	82,1	8.664	92,6
Escravos	2.143	17,9	697	7,4
Total	11.995	100,0	9.361	100,0

Tabela 2 - População das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por condição e composição étnico-racial. Fonte: Recenseamento 1872.

COMPOSIÇÃO ÉTNICO- RACIAL / CONDIÇÃO	N ^a S. da Conceição do Serro				Santo Antônio do Peçanha			
	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	73,2	16,3	9,2	1,3	68,3	19,3	11,3	1,1
Escravos	-	23,0	77,0	-	-	24,6	75,4	-

Tabela 3 - População das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por condição e situação escolar. Fonte: Recenseamento 1872.

CONDIÇÃO / SITUAÇÃO ESCOLAR	N ^a S. da Conceição do Serro				Santo Antônio do Peçanha			
	Livres		Escravos		Livres		Escravos	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Sabem ler e escrever	934	9,6	-	-	1018	11,7	-	-
Analfabetos	8.918	90,4	2143	100,0	7.646	88,3	697	100,0
Total	9852	100,0	2143	100,0	8664	100,0	697	100,0

A freguesia de N^a S^a da Conceição do Serro dispunha no início do último terço do século XIX de uma economia diversificada e uma presença maior do Estado e suas

instituições, o que fica indicado pelo plantel de ocupações liberais e ligadas ao controle da produção e circulação de mercadorias, que registra profissionais vinculados às áreas jurídicas, das letras, da medicina, do funcionalismo público, das artes, assim como capitalistas e proprietários, comerciantes e outras categorias, que absorviam 3,6% da população com ocupação definida. Distintamente, a freguesia de Santo Antônio do Peçanha contava apenas com apenas 1,9% da população com ocupação definida nos citados setores, sendo ainda maior a prevalência de profissões manuais e mecânicas (Tabela 4).

Em ambas as freguesias, parte expressiva das atividades que mais absorviam força de trabalho era qualificada como profissões manuais e mecânicas. A profissão de lavrador, classificada como “profissões agrícolas” era predominante, correspondendo à 29,7% do total da população com ocupação definida no caso da freguesia de N^a S^a da Conceição do Serro e de 28,7% na freguesia de Santo Antônio do Peçanha (Tabela 4). Essas atividades eram exercidas majoritariamente por trabalhadores livres, não obstante ser o “setor” que mais empregava trabalhadores escravos. No caso da sede da cidade do Serro, no conjunto de atividades onde se encontram as extrações minerais em trabalhos como “canteiros, calceteiros, mineiros, cavoqueiros” também absorviam de forma significativa os trabalhadores escravos e, na da Mata do Peçanha, nos serviços domésticos. Nos dois núcleos o restante das ocupações manuais e mecânicas era na maior parte realizada por força de trabalho livre. Em N^a S^a da Conceição do Serro identificava-se, à semelhança das profissões liberais, uma maior diversidade e expressividade daquelas ocupações, com menor importância em Santo Antônio do Peçanha (Tabela 5).

Tabela 4 - População com ocupação definida das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por profissões. Fonte: Recenseamento 1872.

PROFISSÕES	N ^a S. da Conceição do Serro		Santo Antônio do Peçanha	
	População	%	População	%
Liberais ¹	58	0,9	8	0,2
Industriais e comerciantes ²	169	2,5	69	1,7
Capitalistas e proprietários	13	0,2	-	
Costureiras ³	708	10,4	400	9,8
Canteiros, calceteiro, mineiros, cavoqueiros	507	7,5	3	0,1
Operários em tecidos	-	-	156	3,8
Operários em metais	64	0,9	17	0,4
Operários em madeiras	109	1,6	22	0,5
Operários de edificações	15	0,2	-	-
Operários em couros e peles	23	0,3	-	-
Operários de vestuários	40	0,6	65	1,6
Operários de calçados	44	0,7	8	0,2
Lavradores ⁴	2015	29,7	1168	28,7
Criados e jornaleiros ⁵	1482	21,8	1082	26,6
Serviços domésticos	1544	22,7	1074	26,4
Total	6791	100,0	4072	100,0

¹ Na freguesia de N^a S. da Conceição do Serro foram identificadas as seguintes: seculares, juízes, advogados, notários e escrivães, oficiais de justiça, médico, parteiros, professores e homens de letras, empregados públicos, artistas. Na freguesia de Santo Antônio do Peçanha foram identificados os seguintes: seculares, oficiais de justiça, parteiras, professor e homens de letras.

² Em ambas as freguesias foram identificadas as seguintes: comerciantes, guarda livros e caixeiros.

³As profissões de Costureiras, operários em metais, Canteiros, calceteiro, mineiros, covoqueiros, operários em madeiras, operários de edificações, operários em couros e peles, operários de vestuários, operários de calçadas são classificados como “profissões manuais e mecânicas”.

⁴A profissão “lavradores” é classificada como “profissões agrícolas”.

⁵As profissões “criados e jornaleiros” são classificados como “pessoas assalariadas”.

Os dados dispostos permitem concluir que próximo ao último quartel do século XIX o emprego do trabalho escravo na dinâmica produtiva daquelas regiões não era tão extensivo e que a atividade agrícola, que passara a ter como base a força de trabalho livre, se tornara a atividade econômica predominante. No histórico núcleo minerador da cidade do Serro, ainda fazia-se expressiva a presença de trabalhadores ligados à exploração aurífera e diamantífera, o que indica a persistência destas atividades econômicas, apesar da perda de sua importância. Ali, as ocupações identificadas revelam não só a presença de instituições públicas e o possível exercício de controle que lhe são características, mas também a diversidade da configuração econômica e produtiva e sua provável importância a nível regional⁹, bem como a possível permanência das atividades historicamente estruturantes, isto é, a exploração aurífera e diamantífera¹⁰. De modo distinto, no núcleo da Mata do Peçanha, as ocupações registradas remontam a um contexto social onde as instituições públicas não se faziam presentes e, assim, havia menor controle estatal.

Tabela 5 - População com ocupação definida das freguesias de N^a S^a da Conceição do Serro e de Santo Antônio do Peçanha discriminada por condição e profissões. Fonte: Recenseamento 1872.

FREGUESIA CONDIÇÃO / PROFISSÕES	N ^a S. da Conceição do Serro				Santo Antônio do Peçanha			
	Livres		Escravos		Livres		Escravos	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Liberais ¹	58	1,1	-	-	8	0,2	-	-
Industriais e comerciantes ²	169	3,2	-	-	69	1,9	-	-
Capitalistas e proprietários	13	0,2	-	-	-	-	-	-
Costureiras ³	654	12,3	54	3,7	387	10,8	13	3,1
Canteiros, calceteiro, mineiros, covoqueiros	69	1,3	438	29,8	3	0,1	-	-
Operários em tecidos	-	-	-	-	152	4,2	4	0,9
Operários em metais	62	1,2	2	0,1	13	0,4	4	0,9
Operários em madeiras	107	2,0	2	0,1	21	0,6	1	0,2
Operários de edificações	13	0,2	2	0,1	-	-	-	-
Operários em couros e peles	21	0,4	2	0,1	-	-	-	-
Operários de vestuários	40	0,7	-	-	6	0,2	-	-
Operários de calçados	43	0,8	1	0,1	8	0,2	-	-
Lavradores ⁴	1424	26,8	591	40,2	955	26,6	213	50,4

⁹ Joaquim José da Silva em “Tratado de geographia descriptiva especial da provincia de Minas Gerais” publicado em 1878 descreve que na cidade do Serro, cuja a população é era de sete mil almas (em discordância com os dados do Censo de 1872), “[...] seu comércio é activo e forte, tem muitos capitalistas e homens abastados, Há ali muitas oficinas de todos os officios” (SILVA, 1878, p. 74).

¹⁰ Silva (1878) relativiza a importância da mineração na cidade do Serro, mas afirma a sua existência ao descrever que “[...] o seu terreno dá algum ouro e pouco diamante [...]” (SILVA, 1878, p. 75).

Criados e jornaleiros ⁵	1482	27,9	-	-	1082	30,1	-	-
Serviços domésticos	1165	21,9	379	25,8	886	24,7	188	44,5
Total	5320	100,0	1471	100,0	3590	100,0	423	100,0

¹ Na freguesia de N^a S. da Conceição do Serro foram identificadas as seguintes: seculares, juizes, advogados, notários e escrivães, oficiais de justiça, médico, parteiros, professores e homens de letras, empregados públicos, artistas. Na freguesia de Santo Antônio do Peçanha foram identificados os seguintes: seculares, oficiais de justiça, parteiras, professor e homens de letras.

² Em ambas as freguesias foram identificadas as seguintes: comerciantes, guarda livros e caixeiros.

³As profissões de Costureiras, operários em metais, Canteiros, calceteiro, mineiros, cavoqueiros, operários em madeiras, operários de edificações, operários em couros e peles, operários de vestuários, operários de calçadas são classificados como "profissões manuais e mecânicas".

⁴ A profissão "lavradores" é classificada como "profissões agrícolas".

⁵ As profissões "criados e jornaleiros" são classificados como "pessoas assalariadas".

No que tange ao trabalho escravo, verifica-se que enquanto o núcleo da região do Serro Frio tinha em seu plantel de pessoas com ocupação definida 21,6% de trabalhadores escravos, no núcleo da Mata do Peçanha estes correspondiam à 10,5%, o que permite a conclusão de que neste núcleo sua importância era menor do que naquele, fato que indica, em termos comparativos, uma menor relevância das relações escravistas na estruturação das relações sociais e de produção. Tal configuração podia estar relacionada à relevância que ainda tinha a exploração mineral na freguesia N^a S^a Conceição do Serro, haja visto que 29,7% dos trabalhadores escravos encontravam-se exercendo ocupações relacionadas à este "setor" econômico (Tabela 5).

Os elementos e dados históricos até então trabalhados possibilitam compreender as transformações econômicas e produtivas que ocorrera na passagem do século XVIII e o XIX. Porém, são insuficientes para explicar o crescimento dos deslocamentos populacionais da região do Serro Frio para a Mata do Peçanha, sobretudo nos princípios do século XX, precisados nos dados que registram que o município de Peçanha¹¹ detinha em 1872 uma população de 9.361 habitantes (BRASIL, 1872), em 1890 com 33.830 (FERREIRA, 1959; RAPM, 1901¹²), em 1913 com aproximadamente 50.000 (BRASIL, 1918; FERREIRA, 1959¹³) e em 1920 com 84.507 indivíduos (BRASIL, 1928).

Aqui se chega a um ponto nevrálgico deste estudo: esta explicação, em sua forma mais concreta, pode ser buscada na estrutura fundiária daqueles núcleos.

De acordo com o Censo de 1920¹⁴, o município do Serro detinha naquela data uma extensão territorial de 310.700 hectares, os quais 71,5% estavam ocupados por estabelecimentos agropecuários, que tinham 16,7% de sua área total coberta por matas. O município de Peçanha, por sua vez, detinha uma área duas vezes maior, o equivalente à 637.200 hectares, tendo apenas 24,3% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, que em 41,6% era de coberta por matas (Tabela 6).

¹¹ É importante ressaltar que em 1872 ainda não se tinha instituído o município de Peçanha, criado em 1881 com o nome de Suassuhy. Também se faz relevante a observação que estes dados são relativos a um território municipal que vai além do núcleo de Peçanha, contendo vários distritos que ao longo do século XX foram constituindo novos municípios, e à época compunham a região conhecida como Mata do Peçanha.

¹² Na corografia do município de Peçanha, escrita pelo então procurador fiscal da câmara de Peçanha, apresentada pela RAPM, é apresentado que "sua população no ano de 1890 já era superior a trinta mil habitantes" (RAPM, 1901).

¹³ Na descrição apresentada pela Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959) faz-se referência a uma contagem realizada pela Comissão municipal em que em 1891 tinha-se a soma de 52.521 indivíduos, encontrando-se na sede municipal 10.207 destes.

¹⁴ Na caracterização dos quesitos da pesquisa censitária há uma referência de que os estabelecimentos rurais que detinham uma renda anual inferior à de 500\$000 não foram recenseados.

Tabela 6 - Quantitativo de área dos municípios de Serro e de Peçanha discriminado por caracterização territorial. Fonte: Recenseamento 1920.

MUNICÍPIO QUANTITATIVO / CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL	Serro		Peçanha	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Extensão territorial	310.700	100,00	637.200	100,0
Área dos estabelecimentos ¹	222.241	71,5	155.018	24,3
Área de matas nos estabelecimentos ²	35.462	16,0	64.474	41,6

¹ O percentual da área dos estabelecimentos é citado em relação à extensão territorial.

² Os valores e percentual da área de matas nos estabelecimentos é citada em relação à área dos estabelecimentos.

Os dados do recenseamento de 1920 que trazem a estrutura do domínio fundiário explicitam que 90,6% dos estabelecimentos agropecuários no município de Peçanha situavam-se no grupo de área “de 0 a 400 hectares”, ao passo que no município do Serro estes estabelecimentos correspondiam a 82,7% do total das unidades agropecuárias. Neste município, 13,2% dos estabelecimentos situavam-se na classificação do grupo de área “de 401 até 1000 hectares”, enquanto no município de Peçanha constituíam 9,3% do total de estabelecimentos. A mesma disparidade se reproduzia quando verificado o grupo de área “de 1000 a 5000 hectares”, onde se encontrava 4,1% dos estabelecimentos do município do Serro, ao mesmo tempo em que compreendiam 1,1% do total dos estabelecimentos em Peçanha (Tabela 7).

Tabela 7 - Estrutura fundiária dos municípios de Serro e Peçanha discriminada por grupo de área total. Fonte: Recenseamento 1920.

GRUPO DE ÁREA TOTAL	Serro		Peçanha	
	Área	%	Área	%
0 a 400 hectares	679	82,7	751	90,6
401 a 1000 hectares	108	13,2	69	8,3
1001 a 5000 hectares	34	4,1	9	1,1
Total	821	100,0	829	100,0

Tais dados indicam uma dinâmica territorial da segunda década do século XX caracterizada pela ausência de terras disponíveis no município do Serro em contraste com um contexto territorial de disponibilidade de terras passíveis de ocupação no município de Peçanha, que mantinha em abundância as áreas de matas. Uma publicação do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio sobre as condições da agricultura em Minas Gerais em princípios da segunda década do século XX, reporta às áreas de matas públicas neste município. “[...]Das muitas mattas que possui o município, grande parte pertence ao governo do Estado e nessas mattas se encontram muitas variedades de madeira de lei, como sejam: perobas, canellas, cedros, vinhático, cabiúna e muitas outras” (BRASIL, 1918, p. 317). Além da disponibilidade de terras passíveis de posse, a estrutura fundiária no Serro se mostrava mais concentrada que a de Peçanha, como pode ser notado pela expressividade dos estabelecimentos localizados nos grupos de área de “de 400 a 1000 hectares” e “de 1001 a 5000 hectares” naquele município.

Além de evidências que indicam a disponibilidade de terras passíveis de posse em Peçanha e seu esgotamento no Serro, este município tinha a maior parte de suas terras voltadas para a pecuária bovina¹⁵ (presença mais abrangente e menos concentrada do que em Peçanha) e cultivos industriais¹⁶ (sobretudo cana de açúcar), o que indica

¹⁵ Como apresenta o recenseamento de 1920, enquanto o Serro, que possuía uma área total dos estabelecimentos de 222.241 hectares, possuía 81.992 cabeças de gado em 475 estabelecimentos (o equivalente à 57,8% do total), Peçanha, em 155.018 hectares, mantinham 11.152 cabeças em 39 estabelecimentos (o equivalente à 4,7%) do total.

¹⁶ De acordo com o recenseamento de 1920, da área cultivada no município do Serro, 57,0% era de cereais, de 25,6% de culturas industriais (algodão, cana de açúcar, fumo, mamona) e 17,4% de culturas

uma maior especialização produtiva e integração ao mercado local e regional, fato que poderia dificultar a formação de comunidades camponesas, dado o domínio de explorações mais capitalizadas e exigentes da força de trabalho dos trabalhadores pobres.

Os relatos coletados em campo de camponeses que participaram do processo de deslocamento, mesmo na situação de crianças e bebês, reforçam estas conclusões.

EM BUSCA DA TERRA, EM BUSCA DA LIBERDADE!

O município de Peçanha fica localizado na região Leste do Estado de Minas Gerais, na bacia do rio Suaçuí (composta pelas bacias rios Suaçuí Grande, Suaçuí Pequeno e Corrente), componente da bacia do rio Doce. O município encontra-se em domínio da Mata Atlântica, apesar de atualmente ter apenas 8,0% de cobertura florestal (SOS MATA ATLANTICA, 2013). No plano administrativo, segundo a classificação do IBGE, o município está situado na mesoregião Vale do Rio Doce e na microrregião de Peçanha¹⁷. A pesquisa empírica abrangeu quatro localidades (córregos) da parte Sul do município, numa porção territorial conhecida como zona fria. Este território, caracterizado por um relevo ondulado que abriga vales fluviais - até pouco tempo marcado pela excessiva presença de áreas florestais -, foi onde, em torno dos cursos d'água, se estabeleceram comunidades de caráter familiar¹⁸. A chegada nesse território de Mata Atlântica foi marcada pela adaptação a um ambiente de povoação dispersa, de florestas densas e alagadiças.

A chegada à zona fria de Peçanha dos grupos familiares que se originaram da região do Serro Frio e vieram a formar três das quatro comunidades estudadas¹⁹ se deu entre as décadas de 1900 e 1940, conforme pode ser visualizado na tabela abaixo.

Tabela 8 - Grupos familiares discriminados por década(s) de chegada à Peçanha. Fonte: Trabalho de Campo. Elaborado pelo autor.

GRUPO FAMILIAR	A	B	C
PERÍODO DA CHEGADA E INÍCIO DO ASSENTAMENTO	1940	1930	1900-1920

arborescentes e arbustivas, ao passo que no município de Peçanha era, respectivamente, de 70,3%, 7,1% e 22,6%. Esses dados apontam para uma maior especialidade e integração da produção agrícola à trocas mercantis no município do Serro, em contraposição à uma produção agrícola de produtos de baixo valor em Peçanha, como é o caso do milho, que ocupava 5.877 hectares em 1920, o equivalente à 60,8% da área cultivada e à 86,5% da área cultivada de cereais.

¹⁷ A micro região de Peçanha é formada pelos seguintes municípios: Água Boa, Cantagalo, Frei Lagronegro, José Raydan, Peçanha, Santa Maria do Suaçuí, São José do Jacurí, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão. Todos esses municípios, bem como o município vizinho de São João Evangelista, compunham a chamada Mata do Peçanha.

¹⁸ A presença de comunidades que se desenvolveram com base em relações de parentesco e vizinhança, numa proximidade física e social, não exclui a existência de grandes propriedades, que se reproduziam com base na família nuclear e tinham um modo de vida mais "aristocrático" do que comunitário. A referência principal aqui é a distinção clássica entre camponês e fazendeiro.

¹⁹ Como este trabalho é produto de uma pesquisa mais ampla, publicada no formato de uma dissertação de mestrado, que abordou comunidades em contexto de conflito ou em condições estruturais de conflitualidade com a indústria de celulose local, não se expõe aqui o nome das comunidades e dos moradores que forneceram depoimentos a fim de resguardá-los de quaisquer constrangimentos ou retaliações. Identificam-se, dessa forma, as comunidades de acordo com as quatro primeiras letras do alfabeto, A, B, C e D, e os moradores pela primeira letra do nome, seguido pelas letras H, para homens, e M, para mulheres, assim como as idades que possuíam no contexto das entrevistas.

Apesar de ter-se tido conhecimento da origem dos progenitores dos grupos familiares que vieram a formar as comunidades abordadas, em uma comunidade em particular, a memória coletiva acerca do deslocamento, seus aspectos e motivações, detinham o nível de detalhes e coerência pertinentes à remontagem, mesmo que simplória, das configurações econômicas e sociais subjacentes às colocações sociais dos antepassados. Nesta comunidade, de origem afrodescendente e aqui referenciada como C-A, a ancestralidade foi investigada, sobretudo, junto à geração mais antiga que ainda encontra-se em vida, isto é, representantes da terceira geração²⁰. Sobre o processo de deslocamento da região do Serro Frio para a região da Mata do Peçanha, um velho camponês descreve.

Meus avós era do Serro. Do lado da dindinha era lá do Serro. Do lado da minha vó [...], que era do lado da minha mãe, era lá do Gororós. Dum patrimônio que chamava Gororós. E tem ele até hoje. Ele é um arraialzim antigo que tinha, né? [...] Perto do Serro. Itambé aí. É perto do Serro aqui. Do Serro mesmo. Porque que tem o Serro lá, que é Conceição do Serro. E tem a cidade do Serro mesmo. Ele era daqui. Desse aí perto de Guanhões. Pra lá de Guanhões [...] É, meus avó era dali. E minha [...] [avó] era lá do Gororós. Por nome dum lugar, Água Limpa. Chamava. O reberão é Água Limpa. Essa cidadezinha sempre tem seus nome, né? (A-H, 79, C-A – grifo do autor).

O relato acima situa o ambiente de vida dos antepassados em relação ao núcleo urbano representado pela cidade do Serro, evidenciando a origem rural do grupo familiar. Essa origem e as configurações sociais que a envolve se confirma quando se trata da colocação social, isto é, da inserção dos ancestrais no contexto econômico do Serro. A respeito disso, este mesmo senhor descreve.

Ó, sei. Porque ês morava, ês morava é de agregado. Eu posso contá é ês que falava. Que ês era de lá. Lá minha mãe casô. Meu pai casô lá com minha mãe lá. E meu avô morava. Aliás, meu avô morava lá no distrito de Serro. É no distrito de Serro. Patrimônio de Serro. Só que é distrito de Serro, que meu avô, lá nesse comércio que eu tô te falano cum cê, que é lá aonde ele morô. Ês morava cá e ia. A cidade dêz era a cidade do Serro. Mas era distrito, igual aqui o Peçanha, né? Ele num é de dentro do Serro mesmo não. Meu avô é desse mesmo local. Minha vó, ês tudo morava é nessa mesma região. Ês morava é nessa meiêra aí que eu tô te falano. E de lá ês viero aqui pr'aqui [...] (A-H, 79, C-A).

A alusão à situação de agregado dos avós na região do Serro Frio é esclarecedora para compreensão das condições sociais e de acesso à terra que os ancestrais desta comunidade se encontravam no contexto que antecede e é contemporâneo ao deslocamento da família para a Mata do Peçanha. Esta condição de agregado, segundo o relato dos descendentes, possivelmente ocorre num ambiente pós-abolição, pois a memória do período escravista, com todas as suas violências e negação da condição humana dos sujeitos escravizados, são ainda na atualidade reproduzidas pelos descendentes²¹.

²⁰ Não estamos considerando aqui as gerações a partir do seu nascimento na comunidade, mas a partir da união entre o primeiro genitor (que dá nome à comunidade) e a primeira genitora. Assim, considera-se esse casal como representantes da primeira geração, seus filhos como representante da segunda geração, seus netos como representantes da terceira geração e seus bisnetos como representantes da quarta geração da comunidade.

²¹ Ainda que esta senhora relate que seu avô, primeiro genitor da comunidade A, sofreu diretamente a condição de escravo, é possível que tais violências ainda se reproduzissem no período pós-abolição, e que as histórias sobre a escravidão sejam compostas por vivências experimentadas por familiares mesmo após o fim do escravismo enquanto instituição legal. Neste mesmo sentido, os relatos sobre a escravidão podem ser compostos por experiências de antepassados ainda mais longínquos, reproduzidas historicamente no grupo familiar. A experiência das violências e restrições representadas pelo termo escravidão vai além da cronologia da história oficial, não sendo possível demarcá-la com precisão, tendo em vista sua continuidade, mesmo com particularidades, em períodos que sucedem a abolição.

Foi, foi, foi da época. Não, ês contava assim, que ês trabaiava era comandado pelo patrão. Ês trabaiava marrado. Trabaiava marrado, marrado, marrado com o corrente. Era assim, meu pai contava, tadinho do meu vovô [...]. Marrava assim: vinha, travava com cadeado um aqui [...] pra trabaiá, né? Porque ês marrava ês pra trabaiá [...]. Agora, vinha marrava o outro aqui, vinha, marrava o outro aqui, marrava o outro aqui. Agora, ês trabaiava era amarrado. Era amarrado, era amarrado. Na hora de cumê, na hora de cumê, vinha a comida. Agora, ês desamarrava. Agora vinha aqueles chefe que era dono, que mandava a turma. Que tinha os chefe que mandava a turma. Agora, vinha um empregado, desabotoava o correão, desabotoava ele. Agora, ês sentava lá pra cumê. Cada qual sentava lá pra cumê, mas assim, num tinha horário igual tem hoje, que ês almoça e fica assim uma hora, assim de descanso, não. No dia em que ele tava de bom amor, o chefe, ês sentava lá pra cumê. Era assim, num era pra cumê assim lento não. Cumê de todo jeito, de todo jeito. Aí, o dia em que ele num tava de bom amor, ês cumia tudo amarrado, em pé. Em pé. Cumia em pé, e aí o dono que trazia a cumida, vinha e recebia o prato [...] E ês num tinha esse negócio de hora extra, não. Ia trabaiá de novo. Era amarrado. O dia inteiro, de seis a seis. Num tinha esse negócio de descanso, não. De seis a seis. Quando era seis horas é que eles liberava eles pra eles podê vim imhora pra casa. Agora ês ia embora pra casa e no outro dia era a mesma lida. Era a mesma lida. Era aquele sofrimento. (A-M, 75, C-A)

A relação direta entre a ancestralidade da família que tempos depois formou a comunidade em Peçanha e a condição de escravos ou ex-escravos é indicada por esta passagem. Essa referência fica ainda mais explícita quando o relato sugere que o “vovô”, que foi o primeiro genitor da comunidade, sofreu de forma direta a condição de escravo. O nível de detalhe é muito esclarecedor nesse sentido, pois as representações da condição de trabalhador escravo encontram-se calcadas na ausência de liberdade física (as amarras das correntes que impedem a mobilidade autônoma), da figura de um patrão e de um corpo de sujeitos que garantiam a restrição da mobilidade, na violência que estava expressa na condição em que os trabalhadores escravizados se alimentavam e, finalmente, no trabalho intensivo e compulsório que não permitia sequer um momento de descanso. A escravidão é posta aqui como a expressão do sofrimento humano, da ausência de autonomia, do não acesso à terra e da violência física sistemática, mas também da conscientização sociopolítica e resistência ao julgo do senhor.

Ês viero do tempo dos escravidão. Ês sufria demais. Sufria demais mesmo, porque ês era muito mal. Patrão era muito mal. Num dexava ês, e era assim, ês, que a dispesa vinha era da casa do patrão. Ês num tinha direito de prantá nada para ês. Era assim, direto e reto pra ês. Trabaiano pra ês. Depois é que Deus ajudô que vêi vindo aquela libertação pra ês, ês foi sofrero demais, já num tava aguentano mais. E apanhava! Ês inda apanhava ainda. Vovô [...] falava que ês inda apanhava ainda. Ainda tinha ainda, de vez em quando, ês fala era um banho, né? Dava neles um banho. O banho era o coro, né? Dava neles, ês chamava, o que ês batia nele chamava era çoi... [Entrevistador fala açoite] É isso. É esse negócio. Agora, dava ne cada qual umas três vaquetada. Diz que era um banho que tava dano neles pra pudê dispertá. Pra pudê ês dispertá. Aí depois, Deus ajudô que foi vino. Deus ajudô que ês acharo as outras pessoa que já foi dano esses conseio que não, que ês num podia ficá naquela situação. Que ês num podia morrê naquele solidão, que ês tava com aquele trabalho todo, com aquele sofrimento todo. Num tinha descanso pra nada. Que num fez aquilo pra ês. Que ês era pessoas de bem. Então é que Deus ajudô que ês foi saino desse povo devagá. Foi saino desse povo devagá e vêi vino de lá pra cá, do Serro pra cá. É que vêi vino pra cá. Do Serro pra cá é que ês parô de sofrê. (A-M, 75, C-A)

Esta passagem apresenta a estrutura de dominação e a violência sobre os descendentes de escravos, que os mantinham em condições sub-humanas, sob o domínio da grande propriedade fundiária, negando-lhes o acesso e a autonomia sobre a

terra. Por outro lado, explicita que, em busca da liberdade, as amarras foram sendo rompidas, permitindo-lhes a autonomia sobre a mobilidade e, ligado a ela, a possibilidade do acesso à terra, a possibilidade de autodeterminação sobre sua reprodução social, sobre seu destino. A assertiva do porque do deslocamento é esclarecedora nesse sentido.

Ês vieram pra cá porque era assim. Eles era muito trabalhadô e ês gostava de procurá um lugar que fosse deles, pra ês trabaiaí a vontade. Que ês era muito trabaiaidô. E vivia assim, mandado pelos patrão, né? É, ês vivia é mandado pelos patrão. Lá no Serro ês tinha é o patrão que mandava eles. (A-M, 75, C-A).

O movimento deste grupo de parentes do Serro para a Mata do Peçanha não implicou de imediato no acesso à terra. Antes de se aportarem na zona fria de Peçanha, o grupo de parentes se estabeleceu em uma fazenda no município vizinho de São João Evangelista, onde alguns membros da terceira geração nasceram.

Não, eu num lembro do Serro porque assim, quando mamãe casô...Mamãe casô no Serro, né? Lá nesse lugá que chama Serro. É perto de Conceição do Serro. Não havia eu. Depois que ela chegô, né? São João Evangelista, na Vargem Alegre, é que ela me ganhô. Então que eu vim de São João pra [...], eu tava com seis meses de idade. Eu vim nenenzinha no colo. [...] (A-M, 75, C-A).

Porém, a chegada à São João Evangelista não representou uma mudança no modo de vida e colocação social da família, pois ali se reproduzia a condição de agregado. *“É, morava de agregado do Sô Levy. Sô Levy é que mandava. Como a diz, ês fazia o que ele mandava. Pois ês era comandado por esse fazendero. Eles tudo. É a famia toda”* (A-M, 75, C-A).

As narrativas indicam que o deslocamento desta família se iniciou nos princípios da década de 1930, quando chegaram a São João Evangelista. Ali permaneceram por sete anos, até quando rumaram para Peçanha e se estabeleceram na região de clima frio. *“Lá em São João, ele adquiriu. Nós moramo sete ano com esse home, com esse fazendero. Lá eu nasci. É aonde eu nasci. Aí eu nasci. Ó, eu nasci aí ele veio aqui e comprô [...] quarenta e cinco alqueire de terra e dividiu com o pai e mais três irmão”* (A-H, 78, C-A)²². Lá sim, o controle e autonomia sobre o território permitiu não só a satisfação das necessidades imediatas, mas a apropriação sobre a produção excedente e, sendo assim, a comercialização do mesmo. Todo esse movimento de criação das condições materiais de produção e reprodução social implicou em transformações no lugar voltadas à adaptação humana ao e do ambiente. Assim verificou-se uma complexa articulação intrafamiliar, intracomunitária e intercomunitária em torno do trabalho agrícola, modificando as áreas alagadas e de floresta e gradualmente substituindo-as por áreas agrícolas. As transformações se acentuaram com o passar do tempo, em especial devido à fragmentação territorial, produto do crescimento demográfico, a exploração da floresta para a produção de carvão vegetal e sua substituição por plantações de eucalipto para fins industriais (papel e celulose), e, por fim, dada a concentração fundiária advinda da especialização da região nos negócios da madeira plantada. Esse movimento, que toma vulto na década de 1970 é repleto de particularidades que fogem ao escopo desta apresentação, cabendo sua exposição em outros contextos.

²² Um pouco antes dessa fala, o camponês conta sobre um episódio que se remete à um período anterior à fixação da família em São João Evangelista. Neste episódio, seus pais, conjuntamente com seus irmãos e outros companheiros de trabalho, foram para um ponto próximo ao que hoje se encontra a comunidade, levados por um fazendeiro que os tinha deixado plantar 50 alqueires de arroz, sem pedir nada em troca. Mas, mesmo assim, seu pai o prometera a quarta parte. Porém, quando colhido o arroz, o fazendeiro reivindicou a terça parte. Esta quebra de “contrato” desencadeou em um conflito que acabou por implicar no deslocamento da família para São João Evangelista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se apresentou na qualidade de um esforço de articular elementos históricos, econômicos, demográficos e fundiários acessíveis via investigações científicas, narrativas de viajantes, documentações oficiais e memórias sociais e familiares do campesinato abordado, a fim de compreender motivações tidas como “estruturais” em relação aos deslocamentos estudados. Todavia, se por um lado esses elementos possam ter sido satisfatórios para compreender os fatores “estruturais” das mudanças verificadas, não o foram em relação aos fatores conjunturais, isto é, em relação aos elementos históricos e sociopolíticos característicos daquele contexto que explicitam os imaginários e movimentos sociais da época.

Sabe, por exemplo, que como parte do movimento de estabelecimento de concessões e privilégios para instalações de estradas de ferro em direção ao rio Doce, iniciado na segunda metade do século XIX, expediram-se dois decretos em 1890 que deram origem à Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, em estradas que tinham como pontos de chegada e partida a sede da cidade de Peçanha, componente do traçado Vitória – Diamantina a partir de 1902. Com as evidências das jazidas de minério de ferro em Itabira no fim da primeira década do século XX, em 1909 foi expedido o decreto que vinculava à Vitória a Minas aos interesses minerários, permitindo a mudança de traçado rumo ao Pico do Cauê e demais jazidas conhecidas (ARARIPE, 1954). O trem não chegou propriamente a Peçanha (enquanto sede municipal e centro do poder da região da Mata do Peçanha), mas possivelmente permeou o imaginário social da época, ainda mais quando instalada a Estação de Figueira (atual Governador Valadares), então distrito de Peçanha, em 15 de novembro de 1910. A compreensão deste e demais aspectos conjunturais constituem, portanto, horizontes para continuidades e novos estudos.

Por fim, com ressalvas e possíveis adendos à parte, considera-se que o deslocamento de trabalhadores da região do Serro para a região da Mata do Peçanha foi sensivelmente motivado - num ambiente em que a estrutura social e econômica se apresentava com extrema rigidez, como o do município do Serro -, sobretudo, pela busca do acesso à terra. A conquista da terra, como posse ou propriedade, representava a utopia da autonomia dos trabalhadores pobres negros e mestiços, descendentes diretos ou não de trabalhadores escravizados, que após a abolição continuaram submetidos ao grande domínio territorial e à violência que o caracterizava e ainda o caracteriza. Em síntese, a possibilidade de mobilidade social e formação de relações econômicas e sociais que desafiassem a subordinação histórica e rumassem para a autodeterminação. O acesso a terra era para elas e para eles sinônimo de liberdade! Terra e Liberdade!

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. de A; ANDRADE, A. de A. Estudo histórico-geográfico do município de Peçanha. In: PEREIRA, S. da C. **Peçanha: sua história e sua gente**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1996.

ARARIPE, D. de A. **História da Estrada de Ferro Vitória a Minas: 1904-1954**. Cia. Vale do Rio Doce: s/l, 1954.

BRASIL. **Recenseamento Geral da População do Império do Brasil a que se Procedeu no Dia Primeiro de agosto de 1872: Minas Geraes**. Directoria Geral de Estatística: Rio de Janeiro, 1872.

BRASIL. **Questionários sobre as condições da agricultura nos 176 município de Minas Gerais.** Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas: Rio de Janeiro, 1918.

BRASIL. **Recenseamento do Brazil:** Agricultura. V.3. Directoria Geral de Estatística: Rio de Janeiro, 1923.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce.** Bauru: EDUSC, 2005.

FERREIRA, J. P.. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v.25 e v.26.

GONÇALVES, Múcio Tosta. Grande empresa, território e sociedade rural: uma leitura sobre os impactos sociais de um grande projeto em Minas Gerais, Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL, 23, 2002, Aveiro. **Anais do XXIII Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social**, Aveiro, 2002.

HENRIQUES, Márcio Simeone; SOUZA, João Valdir Alves de (Orgs). **Vale do Jequitinhonha:** formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, 268p.

KAGEYAMA, Angela et al. **O novo padrão agrícola brasileiro:** do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa et al. (orgs.), Agricultura e políticas públicas. Brasília, IPEA, (Série IPEA, 127), 1990, p. 113-223.

MENEZES, J. N, C. Produção de alimentos e atividade econômica na comarca do Serro Frio no século XVIII. **Anais do IX Seminário de Economia Mineira.** 2000.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. In: **Estudos Avançados.** vol.3 n.7 São Paulo Set./Dec, 1989.

PIMENTA, D J. **A Mata do Peçanha.** Sua história e sua gente. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966.

PIRES, M. J. de S; RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. In: **Revista Econômica do Nordeste.** V. 40, Nº 03, p 411-424, jul/set, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das letras, 2011.

RAPM. **Corographia do município de Peçanha.** v.6. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, jan/mar 1901.

RAPM. **Serranos Ilustres.** v.1. n.2. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, jan/jun 1905.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Campesinato:** resistência e mudança – o caso dos atingidos por barragens do vale do Jequitinhonha. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de pós-graduação, Belo Horizonte.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. Tradutor: Vivalde Moreira. 378p. 4v.

SANTOS, M. M. D dos; SEABRA, M. C. T. C de. Motivação Toponímica da Comarca do Serro Frio: estudos dos registros setecentistas e oitocentistas em Mapas da Capitania de Minas Gerais. In: **Anais do III Simpósio Luso-brasileiro de cartografia história**, 2009.

SILVA, J. J da. **Tratado de geographia descriptiva especial da província de Minas Gerais**. Juiz de Fora: G. C. Dupin, 1978.

SILVA, O. V da. **Peçanha**: breve notícia histórica da fundação de Santo Antônio do Bom Sucesso do Descoberto de Peçanha. Belo Horizonte: Traquitana, 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

Sítios eletrônicos consultados

Site do SOS Mata Atlântica: <http://www.sosma.org.br/>

Site do Arquivo Público Mineiro: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

Recebido para publicação em 2 de novembro 2016

Aceito para publicação em 15 de janeiro de 2017